

Educação Popular em tempos de COVID-19: ressignificação político-pedagógica na promoção do direito a saúde

Popular Education in times of COVID-19: political-pedagogical resignification in the promotion of the right to health

Alexandre Gama Xavier¹, Thais Jussara de O. G. Isidro²

1 0000-0002-6783-2640, Universidade Federal da Paraíba, alexandreadv17@gmail.com, 2 0000-0002-6374-431X, Universidade Federal da Paraíba, thais_jussara@hotmail.com

RESUMO

No Brasil, podemos dizer que o campo da Educação Popular em Saúde (EPS) tem se constituído a partir movimento político-pedagógico que associa práticas de formação, de participação, de gestão e de cuidado popular com a saúde, alicerçadas pela articulação entre ações de vários segmentos e movimentos sociais. Refletimos neste artigo sobre a importância de a EPS considerar os conhecimentos e práticas de saúde das camadas populares mais vulneráveis para intervir no processo de produção dos serviços de saúde, com vistas a atender as necessidades sociais e construir junto à população mais necessitada e aos agentes de saúde. Objetivamos possibilitar o entendimento de que os problemas de saúde não estão associados somente à ausência de enfermidades, mas envolvem as condições de vida (moradia, alimentação, lazer, acesso a bens e serviços, entre outros). Esse debate se justifica pela contribuição para uma compreensão mais ampla sobre o que é saúde e do que trata a promoção da saúde e a prevenção de doenças. Buscamos fundamentação por meio de autores como Paulo Freire e Victor Valla, dentre outros, apresentando reflexões acerca da importância da Educação Popular em Saúde (EPS) para a aproximação entre os agentes formais de saúde e a população, abrangendo também as dificuldades enfrentadas na recente crise desencadeada pelos efeitos da pandemia de COVID-19 e as robustas desigualdades sociais do país. Concluímos que a promoção de políticas públicas de proteção social e a preservação e fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) são imprescindíveis para que se suporte futuras demandas e possamos vir a cuidar a todos com maior equidade.

Palavras-chave: Educação Popular em Saúde (EPS); Direitos; COVID-19.

ABSTRACT

In Brazil, we can say that the field of Popular Education in Health (HPS) has been constituted from a political-pedagogical movement that associates training practices, participation, management and popular health care, based on the articulation between the actions of various segments and social movements. In this article, we reflect on the importance of HPS considering the knowledge and health practices of the most vulnerable popular layers to intervene in the production process of health services, with a view to meeting social needs and building with the neediest population and health agents. We aim to enable the understanding that health problems are not only associated with the absence of disease, but also involve living conditions (housing, food, leisure, access to goods and services, among others). This debate is justified by the contribution to a broader understanding of what health is and what health promotion and disease prevention are about. We sought grounding through authors such as Paulo Freire and Victor Valla, among others, presenting reflections on the importance of Popular Education in Health (EPS) for the approximation between formal health agents and the population, also covering the difficulties faced in the recent crisis triggered by the effects of the COVID-19 pandemic and the robust social inequalities of the country. We conclude that the promotion of public policies for social protection and the preservation and strengthening of the Unified Health System (SUS) are essential to support future demands and to be able to care for everyone with greater equity.

Keywords: Popular Education in Health (EPS); Collective Health; COVID-19.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Popular em Saúde (EPS) compõe um campo de conhecimentos, habilidades, competências e práticas, permeado pela ação refletida a partir do estabelecimento do diálogo entre os profissionais da saúde e a população, principalmente as camadas populares mais vulneráveis. Tendo Paulo Freire como expoente principal no Brasil, a EPS pode ser compreendida como uma maneira “particular de reconhecer e enfrentar os problemas de saúde mediante o diálogo com as classes populares, o respeito às suas culturas, o reconhecimento dos seus saberes como válidos e, tendo como substrato, o corpo teórico da Educação Popular” (VASCONCELOS, 2007, p. 16).

Ainda segundo Vasconcelos (2007, p. 13), a metodologia da Educação Popular (EP), sistematizada por Paulo Freire,

Se constitui como norteadora da relação entre intelectuais e classes populares. Muitos profissionais de saúde, insatisfeitos com as práticas mercantilizadas e rotinizadas dos serviços de saúde, se engajaram nesse processo [...] No vazio do descaso do Estado com os problemas populares, vão se configurando iniciativas de busca de soluções técnicas construídas a partir do diálogo entre o saber popular e o saber acadêmico (VASCONCELOS, 2007, p. 13).

Desse modo, ao atuar com a coletividade a Educação Popular propicia que os movimentos populares se aproximem das atividades de saúde, atuando conjuntamente para possibilitar a constituição de novas temáticas, técnicas e experimentações, compreendendo a Educação Popular em Saúde (EPS) como um modo próprio de, mediante o diálogo com as classes populares e o respeito às suas culturas, reconhecer e enfrentar os problemas de saúde, tendo como substrato o corpo teórico da Educação Popular. Destarte, buscamos favorecer a compreensão de que os problemas de saúde não estão relacionados apenas à ausência de doenças, mas envolvem condições de moradia, trabalho, alimentação, lazer, transporte, acesso a bens e serviços, entre outros. Esse âmbito de prática contribui para o debate sobre o que é saúde, promoção da saúde e prevenção de doenças e agravos. Dentro dessa perspectiva, abarcamos ainda a discussão em relação aos cuidados de prevenção contra o Coronavírus, considerando a realidade dos trabalhadores e pensando caminhos que possibilitem a reflexão, principalmente, sobre as

comunidades as quais a pandemia causou mais estragos e ainda permanece com reflexos da desestruturação ocasionada.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho se propõe a fazer uma reflexão sobre pautas da Educação Popular e garantias de direitos que marcaram a evolução da saúde pública no Brasil, incluindo nesse meandro a vulnerabilização das classes de baixa renda perante a recente pandemia que abalou a vida social, econômica e política do país. A metodologia é baseada em uma revisão bibliográfica, sendo a pesquisa de natureza qualitativa. Para discorrer sobre o tema, abordamos algumas tendências, mudanças e evoluções no âmbito da saúde pública nacional, destacando o significativo trabalho dos agentes de saúde no combate a COVID-19 e a outras doenças que atingem especialmente as camadas mais pobres da população, e na defesa pela igualdade de direitos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Compreendendo a Educação Popular em Saúde no Brasil

No decorrer da história, os processos de saúde-doença encontram inúmeras formas de explicação, sendo estas desde fatalidade, destino, castigo, maldição, até cuidados inapropriados, falta de higiene, dentre outras. De acordo com o tempo histórico e o grupo social atingido, diferentes concepções sobre formas de prevenção e cuidado são determinadas e disseminadas, visando à proteção e a sobrevivência. Somente no Século XIX dá-se a identificação de patógenos, originando uma justificação biológica para o aparecimento de doenças, desconsiderando-se ainda as condições de vida e a falta de informações da população sobre as enfermidades. Segundo Bertucci (1997, p. 57),

Em 1870 verifica-se na imprensa operária o questionamento sobre a falta de informação sobre as patologias, sua transmissão e prevenção, para que as pessoas tomassem decisões de forma consciente e não apenas seguissem as imposições do Estado. [...] Neste período considerava-se o povo incapaz de maiores entendimentos, e as poucas atividades educativas relacionadas à saúde, eram sempre na transmissão de informações visando controlar as classes sociais trabalhadores, de acordo com os interesses das classes dominantes. Muitos processos educativos

aconteciam nas fábricas, em forma de folhetos escritos para uma população de maioria analfabeta.

Até o início do século XX, no Brasil, as políticas públicas voltadas à saúde eram de cunho normativo e obstrucionista, à base de informações que não permitiam a população trabalhadora qualquer possibilidade de participação, o que não contribuía para uma mudança efetiva de comportamento (BERTUCCI, 1997, p. 58). Os inúmeros fatores sociais que têm influência direta nos processos de saúde e adoecimento não eram levados em conta, sendo descartados. A partir da década de 1920, a saúde passa a ser pensada em relação aos aspectos sociais e educativos, efetivando a institucionalização da educação em saúde com a fundação do Departamento Nacional de Saúde Pública¹, que tinha por finalidade principal educar a população para os problemas de saúde. De acordo com Souza (2012, p. 19),

Considerado um marco nas ações institucionais de saúde pública, a criação, em 1920, do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) ampliou o campo de atuação estatal na saúde, incluindo em sua pauta as práticas de propaganda, educação sanitária, o combate a doenças venéreas, e à tuberculose, o cuidado com a higiene infantil e do trabalhador, a inclusão de programas de profilaxia rural em vários estados e a disseminação de postos e centros de saúde, entre outras atribuições.

Devido a identificação de agentes causadores de doenças nesse período (surgimento da parasitologia e bacteriologia), a atenção pública, antes voltada para o meio ambiente como fonte dos problemas de saúde, passa a se voltar para o indivíduo, levando a educação e a propaganda a serem vistas como estratégias importantes para difundir hábitos de higiene pessoal e ambiental, no intuito de combater epidemias. Conforme Morel (2020, p. 02 *apud* ARAÚJO & CARDOSO, 2007),

[...] a educação ganha destaque, pois através dela seria possível corrigir os hábitos individuais da população tidos como prejudiciais à saúde. Nesse momento, se desenha a concepção de educação em saúde que seria predominante até os dias de hoje: a educação sanitária.

Considerando que a ignorância, associada a população mais pobre, era apontada como a principal causa do desenvolvimento de doenças, a educação sanitária foi tida como fundamental para a mudança de hábitos, prescrevendo uma série de práticas que não levavam em conta as reais condições da classe

¹ Decreto n. 14354 de 15 de setembro de 1920. Cria o Departamento Nacional de Saúde Pública. Revista Educação, Pesquisa e Inclusão, v. 3, p. 1-10, 2022.

trabalhadora. Culpabilizava-se o indivíduo por não cumprir as prescrições postas para a manutenção da saúde, acusando-o das precarizações das quais era vítima.

Remetendo-nos ao momento recente, no qual lidamos recentemente com uma pandemia mundial deflagrada pelo Coronavírus, a educação sanitária volta a se fazer presente no Brasil através dos meios de comunicação e políticas oficiais, visto a necessidade da mudança de hábitos e aquisição de novos cuidados de higiene pessoal e do ambiente. Compreende-se a existência de uma racionalidade por trás das orientações de isolamento social, contudo, corroboramos com o GT em EPS da Associação Brasileira de Saúde Coletiva – ABRASCO (2020, p.13), ao proferir que “é a racionalidade da biomedicina, legitimada pela ciência, pelas evidências científicas e pelas normas emitidas pelas autoridades sanitárias, que se confronta com outras regras da vida, da sobrevivência e do convívio”.

Pesquisas revelam que os cuidados prescritos e repetidamente divulgados pelos meios de comunicação, pouco levam em conta os fatores sociais limitadores e as reais condições da população mais vulnerável para concretizá-los. De acordo com o Projeto “Ação Integrada Saúde e Assistência Social: em defesa da vida e contra o COVID19 – AISA²”,

[...] o enfrentamento da pandemia da Covid-19 exigiu o empreendimento de esforços públicos e da sociedade em geral. Por ser uma pandemia, que produz uma crise sanitária, a primeira grande área que surge como fundamental para o seu enfrentamento é a saúde, desde a atenção básica até a de alta complexidade. Porém, observando como se reproduz e o que exige para ser controlada, imediatamente surge a percepção da necessidade de uma informação que possa gerar mudança de hábitos para aquisição de novos cuidados pessoais e do ambiente em geral. [...] é constatado que tanto a informação nos setores mais pobres, como as condições exigidas para a prática do cuidado, não existem ou são poucas, para quem está em situação de vulnerabilidade social. E mais, que a exigência de controle da pandemia, por meio de medidas de isolamento e distanciamento social, agravaram a situação de grande parte destas pessoas, que vivem de trabalhos informais que desapareceram ou que necessitam sair de casa para trabalhar. (SOARES & KRENSINGER, 2020, p. 41).

À vista disso, percebe-se que aspectos como as condições de trabalho, moradia, alimentação, assim como a constante falta d’água e a falta de saneamento,

² O Projeto está sendo executado pelo COMPOVO em Pelotas e conta com a participação da UFPel, UCPel, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal da Saúde, Conselho Municipal de Assistência Social e do Conselho Municipal da Saúde e Caritas Arquidiocesana.

tão essenciais para que os cuidados com saúde possam ser colocados em prática, foram e continuam sendo desconsiderados, não sendo levado em conta que, além dos hábitos individuais, a saúde compreende a sociedade.

Isto posto, salientamos que não temos a intenção de minimizar a importância dos hábitos de higiene pessoal e ambiental no combate ao avanço de doenças como a COVID-19, entretanto, a promoção do diálogo entre as questões sociais e os diferentes saberes que permeiam a saúde e a educação torna-se imperiosa para possibilitar uma construção democrática e compartilhada de conhecimentos voltados para o desvelamento de formas de compreensão crítica da realidade, visando combater o retorno e possível nova expansão da COVID-19, como também de novas doenças ou até mesmo de outras já erradicadas no Brasil, dado a extensa territorialidade e as desigualdades do país.

Como proclamado por Kropf (2009, p. 46):

[...] A doença não é um fenômeno meramente biológico: ela é moldada por poderosas forças comportamentais, sociais e políticas. Os valores sociais afetam tanto a maneira pelas quais nós vemos e compreendemos uma doença particular quanto as intervenções que realizamos sobre ela. [...] em determinados contextos político-sociais, pessoas e sociedades atribuem sentidos particulares às manifestações das doenças, e estas são objetos historicamente situados, logo devem ser compreendidas a partir de múltiplos fatores que se relacionam entre si.

Em meio à crise e emergência sanitária produzida pela COVID-19, a Educação Popular em Saúde (EPS), que tem em seu cerne a participação social, o reconhecimento dos saberes populares e a produção do cuidado associado à transformação dos modos de vida, possui o encargo de pensar a realidade dos trabalhadores e das populações em situação de vulnerabilidade para considerar caminhos que possibilitem mais cuidados e ações.

Segundo pesquisas realizadas por órgãos internacionais, dentre os quais a Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas (ONU), a população de baixa renda vive em situações de segregação residencial, principalmente nas grandes cidades, fato que cria condições significativamente adversas à saúde, pois, historicamente, os locais onde reside a maioria das pessoas necessitadas são precários, com moradias inadequadas em relação às condições físicas e estruturais, sem acesso a saneamento, água potável e serviços de saúde, à

exemplo dos PSFs, o que contribui para a maior exposição a fatores de risco, resultando no acúmulo de agravos à saúde (Brasil, 2018; IBGE, 2019).

Segundo Williams e Collins (2001, p. 06), a segregação residencial existente em países com alto índice de população carente é “uma causa fundamental das disparidades em saúde, pois as desigualdades em relação ao status socioeconômico, determina o acesso à educação, emprego e oportunidades”. Os bairros em que as pessoas mais necessitadas residem, as favelas, em geral são desprovidas de meios para o acesso a recursos adequados de saúde, além de promoverem o controle político e a exploração econômica da população (Kilomba, 2019). Como dito por Gizele Martins³, comunicadora popular da Favela da Maré no Rio de Janeiro, “A favela é um grande aglomerado de casas, muitas sem janela, outras sem de ventilação alguma, com poucos cômodos - isso impossibilita seguir recomendações como as de manter a distância entre as pessoas.”

Intentando superar esse fosso, geralmente presente entre a vida das classes populares e as práticas dos profissionais de saúde, a Educação Popular em Saúde (EPS) tem mantido dentre seus objetivos contribuir para a formação de sujeitos politizados, envolvidos na luta por melhores condições de vida e promoção da saúde das populações em geral, especialmente daquelas em situação de maior vulnerabilidade econômico-social. Considerando que a base da constituição da EPS funda-se no diálogo, emancipação e respeito aos saberes populares, torna-se imperioso nesse contexto manter o compromisso com projeto democrático de transformação social popular, voltado para a real melhoria do setor da saúde e das condições de vida da população carente. É importante destacar que o desenvolvimento da EPS não ocorre indissociado do crescimento do “Movimento de Educação Popular” pois, se funda a partir das concepções formadas nas práticas coletivas e populares; se constitui nas experiências de educação popular junto à diversos espaços de mobilização comunitária, incentivando o protagonismo dos movimentos populares.

³ Retirado de: <https://www.brasilefatorj.com.br/2020/03/19/artigo-coronavirus-pelo-direito-de-lavar-as-maos-nas-favelas?fbclid=IwAR3fQQ6D-CzV5ywfBv31NO2D-C2As1kxOTY-Y1fDM4J5mttOzXURWwzkFSO>

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto da pandemia, a ausência de políticas orquestradas, as fissuras do sistemas de saúde ocasionadas pela falta de políticas públicas afirmativas para o seu fortalecimento, a desestrutura, as aglomerações nas portas dos postos de saúde e hospitais, isolamento social sem condições enquanto fator de risco, foram desafios reais que circundaram o enfrentamento da Covid-19, revelando a necessidade de maiores investimentos, cuidados e engajamento com os movimentos sociais visando protagonismo e preparo social, em um Brasil de iniquidades, que precisa avançar em educação e saúde. Defender a vida, defender o SUS e defender os direitos humanos devem ser o legado da pandemia para as gerações de jovens que hoje se encontram em formação e precisam ser, ao menos, fortalecidos como sociedade.

Há que se preservar o nosso já alquebrado sistema de saúde, para que ele suporte futuras demandas e possa vir a cuidar a todos com maior equidade. Isso pressupõe ainda dar apoio aos educadores sociais, aos movimentos das favelas e a todas as associações que trabalham visando a promoção de serviços adequados para e melhoria da saúde, da qualidade de vida, dos cuidados com os idosos, crianças e deficientes, considerando as diferenças sociais. Contudo, um grande aprendizado e bandeiras de luta se fortaleceram em meio ao caos, deixando claro que políticas de proteção social e um sistema público de saúde de qualidade são valores inegociáveis, em todos os tempos, para todas as camadas sociais e para todas as idades.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, IS & CARDOSO, JM. Comunicação e saúde. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007. **Coletivos Maré**. Complexo da Maré contra o coronavírus <https://www.vakinha.com.br/vaquinha/complexo-da-mare-contra-o-coronavirus>. Acesso em: 28/03/2020.

BERTUCCI, Liane Maria. **Saúde: arma revolucionária**. São Paulo-1891/1925. Campinas: Centro de Memória – Unicamp, 1997.

GT EPS no **VI Encontro Nacional de Educação Popular e Saúde**, em Parnaíba, PI, em fevereiro de 2020. Disponível em:

<https://www.abrasco.org.br/site/gteducacaopopularesaude/2020/04/10/participacao-do-gt-educacao-popular-em-saude-no-vi-eneps/> Acesso em: 08/07/2020.
KROPF, Simone Petraglia Kropf. **Conhecimento médico e construção social das doenças: algumas questões conceituais**, in: Kreimer, Pablo; Thomas, Hernán (Eds.). Producción y uso social de conocimientos. Estudios de sociología de la ciencia y la
Revista Educação, Pesquisa e Inclusão, v. 3, p. 1-10, 2022.

tecnología en América Latina. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2004, pp. 103-125.

SOUZA, Érica Mello de. **Educação sanitária**: orientações e práticas federais desde o Serviço de Propaganda e Educação Sanitária ao Serviço Nacional de Educação Sanitária (1920-1940) / Érica Mello de Souza – Rio de Janeiro: [s.n.], 2012. 115 f.

VASCONCELOS, Eymard Mourão. **EDUCAÇÃO POPULAR**: instrumento de gestão participativa dos serviços de saúde. **Caderno de educação popular e saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. 160 p. : il. color. - (Série B. Textos Básicos de Saúde).

Submetido em: 17/09/2022

Revisões requeridas em: 30/10/2022

Aprovado em: 22/11/2022

SOBRE OS AUTORES

Alexandre Gama Xavier, ORCID: 0000-0002-6783-2640, Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Programa de pós-Graduação em Educação – PPGE (UFPB); Centro de Educação – CE (UFPB), Ordem dos Advogados do Brasil - OAB. Graduação em Direito (ASPER); Especialista em Direito à Saúde (LEGALE); Mestrado em Educação UFPB (Aluno Especial – 2022). Lattes: <http://lattes.cnpq.br//3392360404894803> E-mail: alexandreadv17@gmail.com

Thais Jussara de Oliveira Guedes Isidro, ORCID: 0000-0002-6374-431X, Secretaria Municipal de Educação de João Pessoa (SEDEC/DEGEF/DGE/SAESP); Prefeitura Municipal de João Pessoa- PMJP; Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (PPGE/UFPB) Doutoranda em Educação - Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Mestra em Educação (UFPB), Psicopedagoga (FIP), Pedagoga (MAGSUL). Atua como Orientadora Escolar e Professora dos Ensinos Fundamental e Superior. Pesquisadora na área de História da Educação. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0658278010653795>. E-mail: thais.jussara@hotmail.com

PARA CITAR ESTE ARTIGO:

XAVIER, Alexandre Gama; ISIDRO, Thais Jussara de Oliveira Guedes. Educação Popular em tempos de COVID-19: ressignificação político-pedagógica na promoção do direito a saúde. **Revista Educação, Pesquisa e Inclusão**, v. 3, p. 1-10, 2022.